

Uma língua sete espaços culturais

DESDE AS SUAS ORIGENS, QUE REMONTAM AO processo de diferenciação das línguas românicas a partir do Latim, no espaço dos dialectos do Romanço peninsular de onde emergiu o Galego-Português, a vocação da nossa língua foi sempre a de incorporar na sua cepa fundadora elementos civilizacionais diversos, numa longa evolução histórica em que foi consolidando a *unidade na diversidade* que lhe permitiu ir sendo a mesma e outra, em espaços geoculturais múltiplos, que hoje correspondem aos de sete países independentes, prolongando-se ainda numa larga diáspora disseminada um pouco por todo o mundo.

Localizado na periferia ocidental da România, o Galego-Português combinou na sua génese influências dos colonizadores romanos da Itália meridional com elementos asturianos e célticos, que nele sedimentaram, vindo a absorver todo e qualquer outro rasto, mais ou menos marcado ou discreto, das invasões supervenientes, fossem elas germânicas ou árabes, até as tornar uma língua nacional, deixando atrás de si porém, além-fronteiras de Portugal, uma espécie de espaço de reserva, enraizado na Galiza irmã, como lhe chamou Pascoaes.

Esse espaço matricial manteve-se linguística e culturalmente vivo, através das vicissitudes do seu enquadramento político. E quando o português se afirmou literariamente, na viragem do século XII para o século XIII, com as *cantigas de amigo*, estas guardaram ainda os ecos da fala primitiva, enquanto nas *cantigas de amor* se repercutia — “*en maneira de proença*”, como trovou numa delas D. Dinis — a poesia de língua occitânica. Os nossos primeiros poetas mantiveram-se pois de igual passo fiéis à tradição originária e abertos à cultura literária europeia, para lá da própria península.

O mesmo sucederia, a partir do *Cancioneiro Geral*, com os que viriam cultivar simultaneamente os géneros peninsulares e os providos

José Augusto Seabra

Breve diacronia
da galáxia
literária
lusófona

Os Dedos da Declinação in *Grammatices Rudimenta* de João de Barros, c. 1540.
Lisboa, Biblioteca Nacional (IL. 148)



do *dolce stil nuovo*, qual foi o caso de um Sá de Miranda, viajero pela Itália e pela Espanha cultivadas, que como Gil Vicente e Camões poetava também em língua castelhana, sem prejuízo do seu fidedigno patriotismo nem do seu enraizado amor à língua portuguesa. Seria com os *Poemas Lusitanos*, de António Ferreira, que iríamos encontrar a expressão mais acabada da afirmação do português como língua de cultura nacional e universal, capaz de manter-se igual a si própria na sua difusão pelo mundo, que começava então a ter lugar com as Descobertas. Tornaram-se emblemáticos os versos em que celebra a irradiação do idioma pátrio:

*“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
a portuguesa língua, e, lá onde for,
senhora vá de si, soberba e altiva”.*

“Lá onde for”... A “portuguesa língua” iria, na verdade, do Norte ao Sul e do Ocidente ao Oriente, através dos oceanos — do Atlântico ao Índico, do Índico ao Pacífico —, deixando por terras de África, da América e da Ásia as suas sementes, que foram florescendo em falares e cantos com sonoridades diversas, fossem elas as dos crioulos e dos papiás, sem que jamais deixasse de ser “senhora” de si mesma, na sua dignidade e na sua identidade essencial.

Entretanto, os primeiros gramáticos começavam a lançar as bases normativas do português, que ia atingindo a sua maturidade. E não é assim de estranhar vermos um dos principais cronistas da história oriental, João de Barros, o autor das *Décadas*, notabilizar-se também como autor de uma *Gramática da Língua Portuguesa* e de uma *Cartilha para Aprender a Ler* (1540), que se seguiram à *Gramática* de Fernão de Oliveira (1536), contribuição importante para a fixação fonética do português, depois ortograficamente codificado por Duarte Nunes de Leão (1576).

O momento — e o monumento — que constitui o apogeu da língua portuguesa é, no entan-

to, entre todos, o da publicação d’*Os Lusíadas*, em 1572. Não só Camões dotou Portugal da sua Epopeia, em que a Pátria veio a reconhecer-se, mas explorou de forma multímoda as virtualidades expressivas do idioma. Significativamente, a latinidade intrínseca do português foi por ele invocada, pela voz de Vénus, ao advogar esta junto de Júpiter a protecção do Gama, fundando-se não só na coragem dos nautas lusos, mas “na língua, na qual quando imagina, / com pouca corrupção crê que é a latina”.

Não foi em vão, na verdade, que se passou a partir daí a falar correntemente da “língua de Camões”. As estruturas básicas do português clássico estavam enfim alicerçadas, sendo as suas mutações posteriores um aperfeiçoamento gradual, até ao português moderno. A “portuguesa língua” de Ferreira foi-se gradualmente impondo já não apenas no espaço continental mas, *maxime*, no largo território brasileiro, onde encontraria um terreno de eleição, nomeadamente com a missão e a acção pedagógica dos Jesuítas, que também no Oriente, da Índia à China e ao Japão, a difundiam. Sobre tudo a partir de finais do século XVI, e nomeadamente durante o domínio filipino espanhol, o Brasil passa a ser o grande laboratório retórico do português. A prosa oratória barroca do Padre António Vieira, que Fernando Pessoa haveria de sagrar “imperador da língua portuguesa”, foi o primeiro alto exemplo a comprovar que a língua mátria poderia florescer num outro espaço cultural, em contacto com as civilizações ameríndias. Um novo país ganhava através dela forma, até vir a tornar-se independente, em 1822, depois de o seu povo e de as suas elites a terem assimilado, com uma rapidez e com uma qualidade notáveis. Leiam-se os poetas arcádicos e pré-românticos ligados à “*Inconfidência Mineira*”, de Cláudio Manuel da Costa a Tomás António Gonzaga, ou os primei-

Estátua de Luís de Camões na Ilha de Moçambique.
Fotografia de Francisco José Viegas.

ros poemas heróicos nativistas, de Basílico da Gama e Santa-Rita Durão.

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, com as invasões francesas, facilitou a afirmação, entretanto, do espírito de autonomia cultural brasileira. Com o regresso de D. João VI a Portugal, depois da revolução liberal de 1820, estavam criadas as condições para a separação, que uma forte corrente de opinião

pública, através da imprensa dirigida pelos mentores independentistas, preparou e amadureceu ideologicamente. Mas a ligação com a antiga metrópole permanecia forte: e viu-se o primeiro imperador do Brasil, D. Pedro, abdicar para vir dirigir as hostes liberais portuguesas, na sua luta contra a reacção miguelista.

Durante todo o século XIX o Brasil e Portugal, desvinculados politicamente, seguiriam por



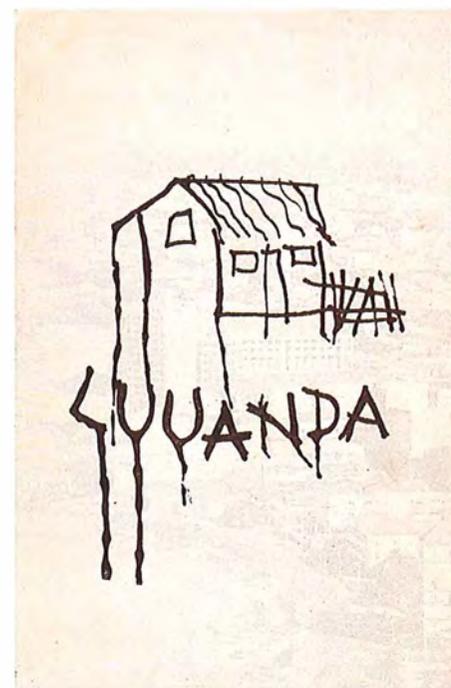
vezes culturalmente vias paralelas, apesar dos mal-entendidos ou dos descasos mútuos, que Sampaio Bruno analisou em *O Brasil Mental*. Assim, as duas literaturas, com tonalidades discursivas diversas, devidas à diferenciação sem perda da unidade da língua, apresentam correspondências mútuas, do Romantismo ao Realismo, do Parnasianismo ao Simbolismo, em contextos sociais e intelectuais próprios e através de personalidades bem demarcadas, que não permitem confundir José de Alencar ou Castro Alves com Herculano ou Garrett, Machado de Assis com Eça, Olavo Bilac com Gonçalves Crespo ou Cruz e Souza com Nobre. A fortuna dos autores portugueses no Brasil, como foi o caso dos citados ou ainda de um Camilo, mostra como a literatura portuguesa continuava a alimentar os meios culturais brasileiros, mais do que vice-versa.

Seria só num século XX já avançado que o Brasil lançaria o seu grito do Ipiranga literário, com o Modernismo de 1922, que se não confunde com o português, onde participaram quase episodicamente alguns abencerragens de além-Atlântico, apesar de *Orpheu* se apresentar como uma ponte entre as duas margens. “A nossa independência ainda não foi proclamada”, lançava o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, um século depois da independência política brasileira. Inspirando-se nas vanguardas europeias — Futurismo e Dadaísmo, sobretudo — mas para reivindicar a sua matriz civilizacional ameríndia, os modernistas pretendem “*acertar o relógio império da literatura colonial*”, rasurando o passado português e afirmando a plenitude da sua personalidade cultural nativa: “*Apenas brasileiros da nossa época*”, eis a palavra de ordem do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*.

Alguns modernistas vão até esboçar uma autonomia linguística, como é o caso de Mário

de Andrade com a sua *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Mas, repare-se, trata-se aí de “fala” — no sentido saussuriano do termo? — e não de “língua”, como já foi notado... Na realidade, o autor de *Macunaíma* não chega a pôr a língua portuguesa enquanto tal em causa: ele visa antes, como acentua, enxertar o “brasileiro falado” no “português escrito”. A “portuguesa língua”, pela sua maleabilidade, resistiu à ameaça aparente. Se havia no Modernismo um projecto cultural antro-po-linguístico *sui generis*, tendente a erigir o índio em “símbolo nacional”, através do “nacionalismo tupi” — “*Tupi or not tupi, that is the question*”, segundo o famoso aforismo de Oswald —, a verdade é que também nele se manifestavam correntes que iam no sentido de uma conciliação do indigenismo com as heranças portuguesa e europeia, como acontecia com o *Manifesto do Verde-Amarelismo*. E uma das tendências modernistas mais incisivas do *Manifesto Regionalista*, liderada no Recife por Gilberto Freyre, reclamar-se-ia mesmo da “dívida aos portugueses”, sem a qual não teria sido possível a civilização do Nordeste. Mais tarde, ele elaboraria a sua teoria antropológica do *Lusotropicalismo*, em que, de *Casa Grande e Senzala* a *O Luso e o Trópico*, procura integrar a cultura brasileira num “*complexo transregional e binacional*”, em que o Brasil e Portugal se reencontram.

Tendo afirmado, num momento crítico da sua consciência histórica, a sua especificidade irreduzível, a grande comunidade do povo brasileiro, em que se integram plenamente os emigrantes portugueses, de que Ferreira de Castro narrou a gesta, continuou a manter com a nossa uma relação íntima, através da língua e de uma sensibilidade afim, decorrente de uma miscigenação em que se cruzaram elementos ameríndios, lusos e africanos. Esta mestiçagem antropológica e cultural é outrossim um elo de ligação comum aos outros espaços civiliza-



É por vezes no cruzamento com as línguas nativas, como disso é exemplo a obra de Luandino Vieira, que se situa a experiência de uma outra escrita.

nais lusófonos, que viriam mais tarde, a exemplo do Brasil — embora tendo passado pela prova de fogo trágica de uma guerra colonial — a conquistar a independência, constituindo novos espaços da expansão da galáxia lusófona.

Não foi por acaso que a literatura brasileira que se seguiu ao Modernismo, desde o romance nordestino dos anos 30 à poesia das várias gerações de antes e depois da guerra, teve uma influência assinalável quer em Portugal quer nas literaturas de expressão portuguesa emergentes em África e precursoras dos movimentos de libertação respectivos. De Graciliano Ramos a Jorge Amado e Erico Veríssimo, na ficção em prosa, de Manuel Bandeira a Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, na escrita poética — entre tantos mais —, do Brasil irromperam novas temáticas e linguagens que irradiaram por todos os espaços culturais de língua portuguesa, cada qual com a sua idiosincrasia civilizacional própria.

A progressiva diferenciação literária dos países africanos onde vieram a eclodir aqueles movimentos explica-se pelos contextos e as tradições culturais que lhes são inerentes. Assim, se uma literatura tão original e rica como a cabo-verdiana, que na revista *Claridade* teve a sua manifestação mais significativa, está impregnada de uma vivência e de uma sensibilidade que muito têm a ver com a sua expressão crioula, dando frutos tão requintados como a obra de Baltasar Lopes, já a génese de outras literaturas africanas lusófonas se insere predominantemente na linha de reivindicação da *Negritude*, como forma de afirmação de uma identidade civilizacional face ao colonizador branco. Isso sem prejuízo da assunção da língua portuguesa como capaz de incorporar no seu substrato os valores e elementos nativos: vejam-se os casos de um Agostinho Neto e de um Viriato da Cruz, na literatura angolana. No

entanto, é por vezes no cruzamento com as línguas nativas — como disso é exemplo a obra de Luandino Vieira — que se situa a experiência de uma *outra* escrita: experiência essa que se aproxima da de um Guimarães Rosa, ao entrosar os múltiplos códigos do português sertanejo do Brasil.

A “*portuguesa língua*”, que Fernando Pessoa elegera como “*pátria*”, depois de no seu exílio sul-africano ter sido educado e iniciado na estrangeiridade da língua inglesa vitoriana, tornou-se assim, nas suas “*variedades*” ou “*variantes*”, uma “*pátria de várias pátrias*”, como com feliz inspiração a designou Mário Soares num discurso na UNESCO, onde solidariamente os sete países lusófonos a vêm defendendo. Diga-se, mesmo, que são muitas vezes os intelectuais africanos que mais tomam a peito essa defesa, ao porem ênfase na apropriação da língua portuguesa como forma de expressão da sua identidade na alteridade. Como escreveu Mia Couto, um dos maiores escritores lusófonos vivos, “*esse processo de apropriação é um facto quase único no continente africano*”.

O português pôde, assim, ao longo e apesar das vicissitudes históricas do colonialismo e da guerra, ser adoptado sem dramas nem conflitos pelos novos países que conquistaram sucessivamente a sua independência como uma língua oficial e veicular, que não contende com o respeito das línguas nativas nem com as culturas de que elas são a excepção primeira. Tal como acontecera com o Brasil, a língua comum continuará a religar Portugal a esses países, agora no seio da Comunidade em que todos se integram, sob o signo da *unidade na diversidade*.

Foi dessa grande aventura de uma língua em expansão galáctica, das suas origens ao futuro a advir, que quisemos aqui dar testemunho, nesta breve diacronia das literaturas em que se multiplicou, num horizonte de universalidade, de que há-de renascer sempre. 